



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 3 DE AGOSTO DE 2013

CONSELHO NACIONAL MP

Audiência pública do 'Mais Médico'

Portal Infonet

Representantes do Governo Federal, promotores, entidades médicas e de outras categorias da saúde participaram de uma audiência pública realizada, em Brasília, pelo Conselho Nacional do Ministério Público para discutir o Programa Mais Médico, matéria da Medida Provisória 621. O promotor de Justiça, Nilzer Soares Vieira Júnior, diretor do Centro de Apoio Operacional de Saúde do Ministério Público de Sergipe, participou do encontro, no qual foram apresentados argumentos contra e a favor do programa que prevê a contratação de médicos brasileiros e estrangeiros para atuar na atenção básica da rede de saúde pública do País.

"Foi uma audiência muito rica no que se refere à apresentação de ideias e argumentos favoráveis e contrários ao programa. O Ministério da Saúde apresentou dados estatísticos indicadores a sustentar a necessidade dessa iniciativa do Governo Federal, principalmente quanto à necessidade de se trazer médicos do exterior. De acordo com o programa, para determinadas localidades haveria uma facilitação da vinda de médicos estabelecendo como preferência os médicos brasileiros formados no Brasil, depois os brasileiros formados no exterior e, em seguida, médicos estrangeiros, para determinadas localidades e por determinado tempo para trabalhar na atenção básica sob a supervisão de um médico na atenção", afirmou o promotor,



PROMOTOR
de Justiça
do Centro
de Apoio
Operacional
de Saúde, do
Ministério
Público de
Sergipe,
Nilzer Soares
Vieira Júnior,
considerou
a audiência
muito positiva

que também é membro da Comissão Permanente de Defesa da Saúde, do Grupo Nacional de Direitos Humanos.

Entre os principais argumentos expostos pelas entidades médicas estão a carência de médicos para realizar a supervisão, assim como a falta de condições de trabalho. "Este é um dos pontos mais polêmicos, pois ele ressaltam a deficiência em relação a insumos, por exemplo, o que é necessário para que o médico exerça sua atividade em sua plenitude. Os profissionais da área médica também questionam a qualidade do tratamento, se o profissional estrangeiro, sem o Revalida, ministraria um tratamento seguro aos pacientes", declarou.

Na defesa da implementação do programa Mais Médico, o Ministério da Saúde apontou que em outros países

o quadro de médicos é formado com grande presença de profissionais estrangeiros. "Há países em que o percentual chega a ser de 40%. Nos Estados Unidos, salvo engano, é de 25%, enquanto que aqui é 1,7%. Outro dado apresentado pelo governo ao rebater o posicionamento das entidades se refere ao número de médicos por habitantes em países como Inglaterra, Canadá e Argentina que, a exemplo do Brasil, têm sistemas universais de saúde pública", destacou Nilzer Soares.

Ao ressaltar a novidade do tema e sua discussão em âmbito nacional, o promotor garantiu que o Ministério Público fará uma análise da matéria e se posicionará a favor de uma melhor prestação de serviço na área de saúde à população brasileira. "A audiência teve a finalidade de pro-

porcionar ao MP essa gama de posições sobre o tema, que é bastante controverso. Certamente, o MP vai contribuir com esse debate tanto nos processos, pois já existem ações no Judiciário questionando a constitucionalidade da norma e da iniciativa do governo, quanto na discussão nacional que se trava, e formará o seu posicionamento. Se entender que a iniciativa é constitucional e atende ao interesse público, será parceiro do Executivo na implementação do programa na medida em que nós sabemos que realmente há uma carência na oferta dos serviços de saúde. Por outro lado, se o MP entender que a medida é inconstitucional, viola a ordem jurídica e atenta contra o interesse público, manejará os instrumentos legais jurídicos para questionar", disse.